

INFRA-ESTRUTURA

Programa de águas subterrâneas aguarda verba

Recursos previstos no Orçamento federal ainda não foram liberados

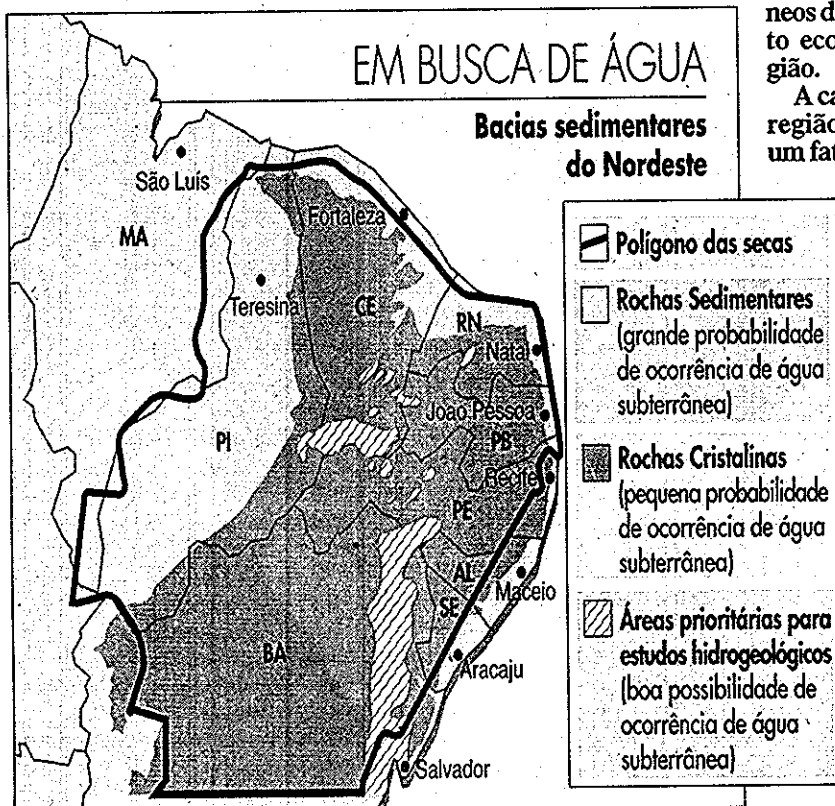
LUIZA PASTOR

A disputa por fontes de água vem sendo, já há alguns anos, apontada como o mais delicado tópico das relações internacionais das próximas décadas. O controle das nascentes e os escassos estoques de águas disponíveis na região, por exemplo, empatam em boa parte as negociações da aparentemente apenas religiosa questão entre judeus e palestinos. E em todas as grandes nações do mundo desenvolvendo, a questão de como proteger as fontes disponíveis de água a curto e, no máximo, médio prazo, é alvo de sofisticadas pesquisas e debates acirrados.

No Brasil, não tem sido, a princípio, diferente. O tema faz parte, já, do PPA 2000-2003, o plano plurianual do governo federal, e do próprio Programa Avanço Brasil, cartilha básica do mandato do presidente Fernando Henrique Cardoso. Mas, por falta de dinheiro – mais precisamente da dotação prevista no Orçamento da União, de R\$ 7,1 milhões para este primeiro ano de operação – os trabalhos necessários ao desenvolvimento do Programa de Água Subterrânea para a Região Nordeste, pedra de toque do plano global, estão praticamente parados.

As explicações para a ausência de fundos vêm, como sempre, do atraso na votação do próprio Orçamento pelo Congresso Nacional, e pelos problemas burocráticos habituais na liberação das dotações orçamentárias. O primeiro subprograma do Programa Água Subterrânea para a Região Nordeste, que deveria ter recebido R\$ 5,8 milhões para viabilizar o Cadastro de Fontes de Abastecimento, prevendo o aporte de mais R\$ 9,2 milhões de Estados e Municípios beneficiados, até agora não recebeu um único centavo federal. A Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (CPRM), empresa do Ministério das Minas e Energia incumbida de tocar os trabalhos do programa, conseguiu retirar mirrados R\$ 500 mil de seus próprios cofres para iniciar o trabalho-piloto, de levantamento do subsolo do Estado do Ceará.

“Só com esse dinheiro e a contrapartida do governo cearense conseguimos, já, realizar todo o levantamento dos 14 mil poços de águas subterrâneas do Ceará, e reunir as infor-



neios de olho no desenvolvimento econômico e social da região.

A característica geológica da região, segundo Sampaio, é um fator altamente positivo para assegurar o abastecimento de projetos econômicos e comunidades locais, por tratar-se de área de rochas cristalinas, que retêm água limpa em suas fendas, aliado ao abastecimento a redução dos custos com tratamento. “O problema é que água subterrânea não é fotogênica, não dá votos, e dificilmente é vista como prioritária”, embora precise ser cada vez mais usada”, diz o executivo. Segundo o engenheiro de minas do Departamento, Humberto de Albuquerque, que também participa da administração do

FONTE VITAL

● Estima-se que o volume total de água na Terra seja de 1,6 bilhão de km cúbicos, dos quais apenas 8,2 milhões são água doce em fase líquida. Só 2% dessa água está na superfície, os demais 98% estão no subsolo

● Foram perfurados em todo o mundo, nos últimos 30 anos, 300 milhões de poços. Na Europa, 75% da população é abastecida por águas subterrâneas. Calcula-se que 270 milhões de hectares sejam irrigados em todo o mundo com água subterrânea. Só a Índia responde por 11,5% desse total.

● Os primeiros levantamentos indicam que no Brasil, hoje, 80% da atividade econômica (incluindo a administração de condomínios habitacionais) seja abastecida por água subterrânea, sem qualquer controle de vazão, e 45% da água tratada é desperdiçada.

mações em um CD-Rom que está sendo disponibilizado para pesquisadores”, explica Thales de Queiroz Sampaio, diretor de Hidrologia e Gestão Territorial da CPRM. Ele acredita que se a verba tivesse entrado no prazo previsto, o levantamento de toda a região já estaria próximo do final. “E se conseguirmos liberar o dinheiro até, no máximo, outubro, em meados do próximo ano teremos tudo pronto”, garante.

Sem dinheiro vivo – Esse levantamento é fundamental pa-

ra a continuidade do programa, que prevê investir, na região, até 2003, um total de R\$ 90,6 milhões, dos quais R\$ 30,1 milhões provenientes dos cofres federais, e o restante de parcerias a serem negociadas. Tanto as verbas oficiais quanto as das parcerias deverão ser viabilizadas na forma de serviços e equipamentos, cobrindo os custos dos trabalhos e técnicos necessários para cada etapa. Ao eliminar o fornecimento de dinheiro vivo às partes, pretende-se evitar os tradicionais desvios de verbas, bem como seu uso político, historicamente tradicional na região do Polígono das Secas.

O subprograma de Cadastro de Fontes pretende identificar com precisão quantos são atualmente os poços, fontes e barragens subterrâneas existentes em todos os Estados do Nordeste, incluindo as partes de Minas Gerais e Espírito Santo inseridas na área de influência da Sudene, bem como seu atual estado de uso. “Hoje, ninguém sabe ao certo quantos poços existem, nem em que condições encontra-se sua água, mas temos uma noção, já, de que pelo menos 50% dos que foram abertos não são mais utilizados, quer por problemas de funcionamento e extração, quer por terem suas águas sujas, contaminadas”, avalia o diretor. A partir dessas informações, será possível traçar uma estratégia de recuperação e aproveitamento dos recursos subterrâ-

programa, atualmente, 97% da água doce disponível no planeta é subterrânea. “Mas só envolvendo-se todos os Estados, voltando as ações para a integração social através de parcerias locais, como agora, contando inclusive com a coordenação da Comunidade Solidária, acreditamos poder conseguir mostrar a importância dessas fontes como recurso de alavancagem econômica”.

O programa também prevê o levantamento, a partir do próximo ano, das áreas de bacias sedimentares, que deverão contar com recursos, ao longo de 2001, de R\$ 24,78 milhões, dos quais R\$ 8 milhões vindos do Orçamento da União. Esse subprograma pretende mapear o

potencial de influência das áreas que podem se beneficiar desse tipo de terreno esponjoso, que absorve grande quantidade de água mais facilmente atingível, o que faz com que se exijam

investimentos menores na sua extração. “Todo o Estado do Piauí, um dos mais pobres do País, praticamente fica sobre uma bacia sedimentar, uma grande esponja de água que lhe permite, em teoria, um excelente aproveitamento das terras”, conta Sampaio. A indicação desses potenciais, bem como de pequenas regiões também sedimentares deverá ser a prioridade desse subprograma, e, segundo Sampaio, virá complementar os estudos de viabilização da polêmica transposição do rio São Francisco.

PIAUI
FICA SOBRE
UMA BACIA
SEDIMENTAR